

EDUCAÇÃO DE PESCADORES: UMA EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR NO BAIXO SÃO FRANCISCO

Daniele Freire Procópio

Universidade do Estado da Bahia – UNEB dfp1986@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa a importância dos cursos ofertados às comunidades ribeirinhas do Baixo São Francisco na região do Perímetro Irrigado de Itiúba, Porto Real do Colégio – AL na perspectiva de que a comunidade consiga através da Educação Popular vislumbrar possibilidades de crescimento local diante da tragédia ambiental gerada pela construção da Barragem de Sobradinho, onde suas terras foram inundadas ocasionando um processo de desterritorialização. Destarte, o projeto da CODEVASF no Perímetro Irrigado de Itiúba - AL é de interesse social para as entidades governamentais e as parcerias firmadas ajudam a reafirmar essas comunidades através da educação. A pesquisa traz autores como Freire (1997), Gadotti (2000), Brandão (2012), Fávero (2006) dentre outros, baseando-se na observação e coleta de dados, sendo considerada quali-quantitativa. Observou-se que os cursos fomentam práticas que valorizam a cultura ribeirinha e direcionam práticas que os inserem na cadeia de produção sem agredir o meio ambiente e o modo como se organizam culturalmente, apesar dos desafios gerados pela falta de organicidade de alguns pescadores e de se fazer Educação Popular no âmbito da globalização.

Palavras-chaves: Pescadores artesanais, Educação Popular, Desterritorialização.

INTRODUÇÃO

Quando tratamos das inundações ocorridas no nordeste brasileiro após as construções de algumas barragens, a região do Baixo São Francisco emerge como campo de estudo e direcionamento de projetos, pois as populações ribeirinhas dessa região, bem como de outras banhadas pelo Rio São Francisco, passaram por um processo de desterritorialização, destruição dos seus ambientes de memória, trabalho, cultura e organização.

As dificuldades enfrentadas pelas populações ribeirinhas entram no cenário nordestino como o preço que o progresso esteve disposto a pagar para se inserir nas demandas do mundo globalizado, pois junto com o represamento das águas do Velho Chico foram inundadas histórias, memórias e modos de vida que dependiam da relação estabelecida com o aquele território, agora submerso ou devastado.

Nesse cenário, programas voltados para tentar diminuir ou sanar os danos de ordem ambiental, social, econômico e cultural gerados pelo desenvolvimento com bases capitalistas, que não valoriza as vítimas dos seus processos foram criados. Dentre eles o Projeto do

Perímetro Irrigado de Itiúba em Porto Real do Colégio –AL, com a perspectiva de criar justiça social para as comunidades que foram assoladas pela inundação oriunda da construção da Barragem de Sobradinho.

A pesquisa objetiva analisar os efeitos que a Educação Popular traz através dos cursos direcionados para as comunidades pesqueiras do Perímetro Irrigado de Itiúba - AL enquanto instrumento de mobilização frente aos problemas que as comunidades pesqueiras enfrentam na contemporaneidade. A metodologia utilizada foi quali-quantitativa, sendo realizado levantamento bibliográfico, observação em um curso ofertado através da parceria entre a CODEVASF, o SEBRAE-AL e o Instituto Xingó, além da coleta de dados (entrevistas com a técnica do SEBRAE, aplicação de questionários e análise de documentos e fotografias).

Buscou-se verificar a importância dos cursos para o desenvolvimento dessas comunidades ribeirinhas, entendendo o papel da Educação Popular como instrumento de mudanças atitudinais frente às relações humanas na sociedade e enquanto forma de inserção social e de preservação da cultura e da identidade dos povos que mantêm estreita relação com o meio ambiente a partir da implementação de novas tecnologias que os ajudem a progredir em seu local de origem sem exaurir os recursos que a natureza oferece e que são essenciais para a existência dessa comunidade.

METODOLOGIA

A pesquisa teve início com a fase exploratória, onde nessa fase se traça toda trajetória da pesquisa em consonância com a pesquisa *In lócus*, pois a pesquisa deverá estar vinculada as problemáticas identificadas no cotidiano do grupo a ser pesquisado (MINAYO, 1994). Assim, é possível evitar alguns erros que acometeriam essa “instância coletiva de reflexão” (2002, p.36), que é a pesquisa científica.

A pesquisa científica delineada aqui trata-se de um estudo de caso, definida por André e Ludke (1986, p.17) como o estudo de “uma unidade dentro de um sistema amplo”. Destarte, foi realizada uma pesquisa de campo na sede irrigada da CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba, onde aconteceu dentre os dias 25 e 28 de julho de 2011 o curso de beneficiamento do pescado decorrente de uma parceria entre a CODEVASF e o SEBRAE-AL, ministrado por uma consultora do SEBRAE.

O estudo *in lócus* aconteceu a partir da observação do curso ofertado, onde foram analisadas desde a conduta do professor até a motivação dos participantes diante da práxis empregada, como também a contextualização e a aplicabilidade da teoria e da prática expressa

durante o curso. Para Minayo (1994) o campo é uma delimitação que o pesquisador faz para demarcar os limites territoriais de sua pesquisa.

Para se avaliar e identificar o perfil socioeconômico e cultural dos pescadores foram aplicados dois questionários com perguntas estruturadas e semiestruturadas. Além de entrevistas informais para sondagem dos resultados do curso, foi aplicado um terceiro questionário no último dia das atividades buscando-se avaliar se a satisfação, os anseios e os objetos do público foram atingidos, bem como se o mesmo dialogava com as necessidades da comunidade.

Em seguida todos os dados coletados foram tabulados e confrontados com alguns teóricos que acenam para uma maior compreensão acerca da Educação Popular e do desenvolvimento sustentável local, assim como a práxis pedagógica como elemento essencial para mudanças atitudinais.

A pesquisa é de caráter quali-quantitativa e tem sua metodologia baseada na análise de dados coletados, que pressupõe organizar de maneira sistemática todos dados adquiridos durante a pesquisa. (ANDRÉ; LUDCKE, 1986) E análise de conteúdos, que consegue romper com as visões superficiais de análises explicando-as em seu sentido real. (ROCHA; DEUSDARÁ, 2005).

Sendo assim, a pesquisa científica unida à aplicabilidade de diversos métodos de coleta de dados surge como uma forma de enriquecer e trazer uma maior compreensão acerca da realidade do objeto de estudo a partir da análise e do entendimento acerca da especificidade do objeto pesquisado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

FORMAÇÃO DE PESCADORES NA REGIÃO DO PERÍMETRO IRRIGADO DE ITIÚBA - AL

A área de estudo localiza-se na cidade de Porto Real do Colégio - AL, mais precisamente no Perímetro Irrigado de Itiúba, situada na microrregião de Penedo – AL, e banhada pelo Rio São Francisco. A sua fundação data 1795 (IBGE, 2011). Tendo o seu povoamento datado de meados do século XVII quando “Diferentes tribos de índios, entre estas, Tupinambás, Carapotas, Aconãs e Cariris, habitavam a região, vivendo da caça, da pesca e da lavoura” (IBGE, 2011, p.1). Os bandeirantes foram os primeiros habitantes não oriundos da região a chegarem junto com os jesuítas (2011).

O Perímetro Irrigado de Itiúba foi criado através de uma iniciativa da CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba) dentre 1974-76.

Após a construção da Barragem de Sobradinho ter dizimado os locais onde algumas comunidades ribeirinhas do Baixo São Francisco viviam, o poder público se viu obrigado a buscar alternativas para minimizar os impactos sofridos pela população, assim foi organizada a piscicultura no baixo São Francisco, que teve início através de um projeto experimental com instalação, em 1982, com a estação piloto de Itiúba, em Porto Real do Colégio (AL). Onde a CODEVASF disponibilizava alevinos para que nos períodos irrigados os pequenos produtores rurais pudessem explorar economicamente e comercialmente a criação de peixes (ARAÚJO; SÁ, 2008, p.5).

Conforme dados atualizados de 2017, Itiúba possui 900,33 hectares irrigáveis e a piscicultura do perímetro é responsável por um Valor Bruto de Produção de R\$ 855 mil, obtido com a produção de 95 toneladas de tambaqui e tilápia. Além do cultivo de arroz de cana-de-açúcar. (ARAÚJO; SÁ, 2008).

A pesquisa aconteceu na sede irrigada da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, entre os dias 25 e 28 de julho de 2011 durante o curso de Beneficiamento de Pescado, oferecido pelo SEBRAE - AL em parceria com a CODEVASF. O SEBRAE contribui junto com a CODEVASF e o Instituto Xingó nessa região para o desenvolvimento do setor pesqueiro através do fomento a pesquisa e “da capacitação de pescadores” (ARAÚJO; SÁ, 2008, p.410).

O curso observado fazia parte de um conjunto de cursos ofertados para essa comunidade como forma de realizar uma formação pautada no aproveitamento integral do pescado e comercialização. Para o Programa Pescando Letras (2005) é importante considerar dentro de qualquer proposta pedagógica voltada para comunidades de pescadores e ou aquicultores familiares “o chão no qual está calcada a experiência sociocultural desses sujeitos, procurando problematizar as suas condições de vida e refletir sobre os saberes acumulados por eles ao longo de suas histórias” (BRASIL-MEC, 2005, p.7). Favorecendo como explicita Freire (1997, p.41) “O desenvolvimento de uma consciência crítica que permite ao homem transformar a realidade”.

O curso possuía uma carga horária de 32h e haviam dezesseis pessoas, de idades, gêneros, grau de escolaridade e perfis diversificados matriculadas, como será observado nos dados descritos a seguir. Das dezesseis pessoas entrevistadas, onze eram mulheres e cinco eram homens, com faixas etárias diversificadas. Foi identificado que os homens tinham idades que variavam de 18 a 32 anos e as mulheres tinham entre 19 e 54 anos. Desse total onze eram pescadores artesanais, sendo que sete se caracterizavam como pescadores artesanais/aquicultores familiares.

No curso houve uma preponderância feminina, o que vai de encontro à realidade da atividade da pesca no Brasil (BRASIL- MPA, 2008-2009). O ocorrido pode ser explicado devido o fato de a capacitação estar vinculada às questões de beneficiamento e produção de gêneros alimentícios, pois a captura do pescado ainda é uma atividade laboral cuja presença masculina é preponderante. De acordo com o Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura no Brasil (BRASIL- MPA, 2008-2009) existem 833.205 mil pescadores destes 63,2% são homens e 36,8% são mulheres.

Segundo a Analista Técnica I do SEBRAE – AL e coordenadora do Arranjo Produtivo Local - APL Piscicultura, há uma maior quantidade de mulheres nesses cursos porque geralmente a família destina tal atividade para elas, assim como também os entes masculinos da família são incumbidos de atividades de captura, alimentação dos peixes dentre outras.

O grau de escolaridade dos entrevistados foi bastante diversificado, o mesmo variou de 44% para o ensino médio completo, 19% superior incompleto, 13% o ensino fundamental II incompleto, 12% ensino médio incompleto e 6% possuíam o ensino superior completo e outros 6% o ensino fundamental I completo. Esboçando a ausência de analfabetos e uma quantidade significativa de pessoas inseridas ou egressas dos cursos de nível superior, das quais três eram pescadores tradicionais inseridos no ramo de aquicultura familiar e a outra não mantinha relação laboral com a pesca.

Os altos índices de analfabetismo e falta de qualificação que assolam a realidade dos pescadores tradicionais, aquicultores familiares e comunidades costeiras e continentais (BRASIL - PESCANDO LETRAS, 2005), não se fizeram presente no público do curso em questão. Porém, mesmo diante dessa realidade, a aplicabilidade de possíveis intervenções educacionais deve considerar a sua essência ligada a sua cultura, costumes e a relação com o meio ambiente.

Dos entrevistados 75% possuem casa própria e 25% moram de aluguel. Dentre estes apenas os que disseram que residem no meio urbano moram de aluguel, enquanto todos os habitantes do meio rural possuem casa própria. Demonstrando que assim como em outras regiões do mundo, o êxodo rural, muitas vezes impulsionado pelo processo de desterritorialização (CASTELLUCCI; BLUME, 2016) que gera a falsa ilusão de que a melhoria da qualidade de vida está na cidade e não no campo.

Nesse contexto, a Educação Popular nas comunidades pesqueiras surge como um instrumento de luta e participação. Através dela espera-se que os pescadores se organizem sócio e culturalmente nos seus locais, mesmo não sendo os de origem devido o processo de desterritorialização, preservando a memória do seu povo, a maneira como se manifestam e se

relacionam cultural e economicamente com o meio ambiente. “Um dos princípios originários da educação popular tem sido a criação de uma nova epistemologia baseada no profundo respeito pelo senso comum” (GADOTTI, p.14, 2012). Sendo assim: “Trata-se de integrar todas as dimensões da vida material e espiritual - social, política, cultural, ambiental, econômica, interagindo com as relações de gênero, raça, etnia e geração” (ADAMS, 2005, p. 3).

No tocante aos problemas que assolam a comunidade, 21% dos entrevistados acenaram a poluição de alguns rios e córregos como um dos mais graves, sendo a falta de saneamento tida como responsável. A falta de saneamento básico atinge em sua maioria as populações mais carentes e dentro dos rigores estabelecidos pela OMS evidencia a baixa qualidade do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de uma localidade, que leva em conta a renda, a longevidade e a educação, este problema está ligado à organização social do capitalismo (HELLER, 1998) e ainda prejudica os recursos hídricos, a flora e a fauna das regiões banhadas por rios e mares e a riqueza piscícola, devido à poluição dos rios e seus afluentes.

Ainda foi citado o desmatamento com 19%, seguido do assoreamento do rio com 17%, é importante salientar que ambos prejudicam não só o meio ambiente como as atividades de pesca, logo o desenvolvimento local. Outros problemas tidos como oriundos dos problemas ambientais, foram à perda da identidade das comunidades pesqueiras por 14% e a diminuição da população local também por 14%, o que demonstrando a estreita ligação entre preservação ambiental e cultura.

Entende-se que esse dado é desencadeado pela perda da sensação de pertencimento, que por sua vez foi gerada pela descaracterização da identidade cultural local, que acaba culminando no êxodo dos membros das comunidades para os grandes centros urbanos, pois a teia que liga esses seres humanos a sua localidade é destruída quando são ceifados os seus direitos de se organizarem e sobreviverem no seu local de origem do mesmo modo que as gerações anteriores (CAPRA, 2002).

É preciso buscar uma cultura da planetariedade (GADOTTI; 2000). Os seres humanos necessitam compreender a importância do protagonismo social, denominada por Fernandes (2011) de percepção ambiental, que é “o ato de perceber o ambiente que se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo” (FERNANDES, 2011, p.1).

A diminuição do estoque pesqueiro foi citada por 10% dos entrevistados, o que pode ser devido alguns deles praticarem a aquicultura familiar e terem os seus pescados oriundos de alevinos arrecadados na sede irrigada da CODEVASF, logo só o pescador que tira

exclusivamente do rio de forma bruta seu sustento pode perceber e evidenciar o declínio da pesca. 5% dos entrevistados não responderam.

As maiores dificuldades enfrentadas pelos pescadores perpassam todos os campos de organização da atividade pesqueira. Questões como transporte (5%), conservação (13%) e comercialização (15%) do pescado foram citadas como empecilhos para o avanço dessa atividade laboral, bem como a poluição de alguns rios e córregos (18%) e ao declínio do pescado (7%), tido como uma mudança oriunda das intervenções geradas pela construção da Barragem e uma dificuldade crescente que a atividade da pesca enfrenta para continuar existindo. 7% dos entrevistados não responderam.

A falta de organicidade profissional foi vista por 15% dos entrevistados também como um dos fatores que prejudicam o alavancar das atividades pesqueiras, enquanto atividade de infidas possibilidades, atrelado a tal dado a falta de capacitação profissional também é outro agravante que foi citado de forma expressiva por 20% dos entrevistados. Acenando para a compreensão de que o público pesquisado tem ciência da falta de políticas públicas educacionais que invistam no seu trabalho.

Para o Programa Pescando Letras (BRASIL-MEC, 2005) é preciso investir em capacitação profissional que acene para uma nova realidade da vida laboral dos pescadores, proporcionando estarem em contato com novas tecnologias que os ajudem a tornar a sua atividade trabalhista mais eficiente e sustentável. “É importante, ainda, que esses trabalhadores conheçam melhor seus direitos e possam dialogar adequadamente com as instituições às quais eles se encontram vinculados” (2005, p.7).

A educação enquanto instrumento de libertação (FREIRE, 1983), tem nos espaços educacionais não-formais representatividade. A educação não-formal pautada em princípios políticos viabiliza o exercício da cidadania (GOHN, 2005), pois se constitui dentro de um processo de luta e afirmação identitária, tornando-se assim um “movimento educativo” (GOHN 2005, p.16).

O Associativismo e o Cooperativismo faz parte da vida da grande maioria dos entrevistados somando 64%, sendo que destes 27% participam de cooperativas e 37% participam de associações. Indagados sobre a importância dessas entidades para a melhoria da qualidade de vida, eles expuseram inúmeros benefícios, que perpassavam desde as questões estritamente da sua atividade laboral como: rotina de trabalho (3%), logística e infraestrutura (5%), comercialização (6%) e produtividade (31%). Perpassando, questões ligadas à capacitação educacional como: assistência técnica (19%) e o ensino, tido por 36% dos entrevistados como o maior benefício que elas podem gerar. O associativismo o

cooperativismo têm na mobilização social a sua essência, sendo uma ação, onde as pessoas buscam superar dificuldades se reunindo em prol de um bem comum (NUNES; MIRABELLI, 2003).

De acordo com a ementa do projeto que abrange curso observado ele tem como meta de ação “promover o acesso a inovação e tecnologia” (SEBRAE, 2011, p.1), através do “Aperfeiçoamento e processamento de Beneficiamento de Pescado” (SEBRAE, 2011, p.1). A Analista Técnica I do SEBRAE – AL afirma que o almejado com a promoção desses cursos, além de fomentar o empreendedorismo, que é o eixo do SEBRAE, é contribuir para um país mais justo, competitivo e sustentável, a partir da Educação Popular para o desenvolvimento local sustentável.

Acerca da necessidade da oferta do curso, os entrevistados foram indagados sobre o porquê de terem escolhido participar. Eles acenaram diversas questões, porém as mais elucidadas foram obter conhecimento, agregar maior valor ao pescado através da oferta variada de alimentos, o progresso junto ao mercado e a oportunidade de crescimento e de emprego. Sendo uma forma de gerar lucro, sem agredir o meio ambiente, além de trazer benefícios para a sociedade (SEBRAE, 2010).

Dos entrevistados, 88% pretendem após o curso trabalhar com beneficiamento. Segundo Capra (2002, p.99) para tal “As organizações humanas precisam passar por uma mudança fundamental, tanto para se adaptar ao novo ambiente empresarial quanto para tornar-se sustentáveis do ponto de vista ecológico”.

Sobre a didática, metodologia e contextualização que a educadora expôs a temática, 56% dos participantes a classificaram como sendo muito boa e 44% como boa. Nesse contexto, o educador popular deve ter sensibilidade para transpor as barreiras apenas da transmissão de conhecimentos, sabendo como abordar as temáticas, como criar pontes entre o conhecimento sistematizado e o conhecimento empírico unindo os dois em um processo dialógico, que se importe com a cultura e o conhecimento prévio. Esta deve surgir das demandas do povo, pois este é maior material que o educador tem para elaborar os processos de intervenção, aproximação e emancipação na sociedade de classes.

Dentre as quatro visões de Educação Popular expressa por Brandão (2012) a segunda pressupõe a valorização da “importância do viés cultural da educação popular” e a quarta expressa que EP “é algo ainda presente e diversamente participante na atualidade da educação entre nós” (BRANDÃO, 2012, p.142). Para os pescadores artesanais a Educação Popular se constitui como mecanismo de mobilização e organização social e política dentro das

comunidades litorâneas e ribeirinhas, na luta contra a não homogeneização dos seus valores e cultura.

Sobre o modo como o curso trata as questões locais em consonância com as temáticas a serem abordadas, demonstrando se existe a contextualização foram realizadas duas perguntas. A primeira, referente à pertinência dos assuntos abordados para a compreensão da realidade onde 50% disseram que foi muita boa e outros 50% disseram que foi boa. A reflexão e debate sobre a realidade local teve também expressiva satisfação, pois 56% dos entrevistados classificaram esse ponto como muito bom, 38% como bom e 6% como regular.

De acordo com a Analista Técnica I do SEBRAE, AL, esse trabalho já vem sendo realizado pelo SEBRAE há dez anos, mas o resultado não aparece da forma que é almejado. Segundo ela, o problema é que o público acaba muitas vezes esperando por ações do governo que quando não viabilizadas acarreta no conformismo dos mesmos frente aos problemas de ordem socioambiental, cultural e econômica.

Pensar a educação e formação de pescadores “se deve a perspectiva de possibilitar o enfrentamento dos problemas referentes à melhoria das condições de vida e dignidade dos pescadores e suas famílias” (ARAÚJO, 2011, p.97).

Evidentemente, não é apenas por trabalhar com as camadas populares que um programa educativo se torna de “educação popular”. O que imprime o caráter de “popular” é o fato de esse programa ou movimento colocar-se a serviço das classes subalternas; estar ao lado das populações oprimidas em suas lutas de libertação. (FAVERO, 2006, p. 266)

É necessário que a formação de pescadores valore essa perspectiva emancipatória, o Perímetro Irrigado de Itiúba, enquanto local de resistência na luta dos pescadores, pescadoras e aquicultores familiares, deve estar comprometido com as perspectivas da Educação Popular durante as intervenções que realizam junto às comunidades, dialogando com as lideranças e numa relação dialógica de aprendizagem mútua fortalecer a identidade cultural e profissional desse povo, fazendo com que os mesmos participem efetivamente da vida da e na comunidade.

CONCLUSÕES

O desafio de se trabalhar com pescadores tradicionais no âmbito da Educação Popular perpassa o processo de compreensão dos envolvidos de que essa atividade laboral tem no seu chão as características que os diferenciam de outras ocupações, pois as atividades estão

ligadas a vida em comunidade, o respeito ao meio ambiente, manifestações, memória e territorialidade. E na pesca que eles simbolicamente constituem sua identidade.

O processo de desterritorialização que essas comunidades passaram e vem passando constantemente os colocam na condição de buscar novas tecnologias para conseguir praticar a atividade da pesca artesanal no âmbito da modernidade, assim a Educação Popular emerge como um instrumento de luta e organização essencial para a sobrevivência da atividade da pesca sem agredir o ambiente onde as comunidades ribeirinhas estão inseridas. Assim, a educação assume um papel fundamental na sobrevivência dessas comunidades.

Os cursos ofertados no Perímetro Irrigado de Itiúba, Porto Real do Colégio –AL, buscam efetivar ações que consolidem as comunidades pesqueiras da região, as práticas aplicadas os capacitam para ampliar os seus conhecimentos sem que os mesmos se afastem das características que os constituem enquanto tradicionais e ribeirinhos. Estes buscam fomentar ainda a união e o espírito de coletividade dentro de alguns segmentos da comunidade.

Evidencia-se que quando a intervenção educacional é feita através de uma práxis pedagógica pautada na Educação Popular, é possível acordar as pessoas para a luta social, essencial para a não homogeneização imposta pelas relações neoliberais estabelecidas na sociedade capitalista, fomentando a organização local através do pertencimento, acordando os pescadores artesanais para a importância de se preservar a sua cultura, enquanto fonte mantenedora da sobrevivência da comunidade e do meio ambiente, pois essas pessoas mantêm estreita relação com o território, logo os danos a essa relação desencadeiam problemas de ordem ambiental, social, cultural e econômica.

A Educação Popular se firma como forma de resistência ao sistema capitalista, se constituindo como força contra aos padrões instituídos pela modernidade, organizando a luta das classes populares pela emancipação.

REFERÊNCIAS

ADAMS, Telmo. **Desafios da Educação Popular frente aos processos de exclusão social**. GT: 06. UNISINOS. Anped, 2005.

ARAÚJO, Juliana Sheila de ; SÁ, Maria de Fátima. **Sustentabilidade da piscicultura no Baixo São Francisco Alagoano: Condicionantes Socioeconômicos**. Campinas: Ambiente & Sociedade, 2008.

ARAÚJO, Silva Cordeiro. **Pescando Letras: diálogos interdisciplinares entre a educação ambiental e a alfabetização de jovens e adultos no contexto da pesca artesanal**. Centro de Desenvolvimento, Sustentável: Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BRASIL, MEC. **Programa pescando letras: proposta pedagógica para a alfabetização de pescadores e pescadoras profissionais e aquicultores e aquicultoras familiares**. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República - SEAP/PR, 2005.

BRASIL. MPA. **Boletim Estatístico Da Pesca E Aquicultura**. Ministério da Pesca e Aquicultura. Brasília: DF, 2008/2009.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas**. Ciência para uma vida sustentável. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Cultrix, 2002.

CASTELLUCCI, Wellington; BLUME, Luiz Henrique. **Populações Litorâneas e Ribeirinhas na América Latina: estudos interdisciplinares**. v.2. Salvador, EDUNEB, 2017.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961/1966)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

FERNANDES, Roosevelt S. **Uso Da Percepção Ambiental Como Instrumento De Gestão Em Aplicações Ligadas Às Áreas Educacional, Social E Ambiental**. NEPA/ Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12ª Edição. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. 5ª ed. São Paulo: Peirópolis, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. Ed.3. São Paulo: Cortez, 2005.

HELLER, Léo. **Relação entre Saúde e Saneamento na perspectiva do desenvolvimento**. Minas Gerais: Ver Ciência e Saúde coletiva, 1998.

IBGE. **População de Alagoas**. IBGE, 2010. Disponível em<
http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=27> Acessado em: 18 de 2011.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1994.

NUNES, Maria de Lurdes Souza; Mirabelli, Maria Anunziata. **Prática o Associativismo**. Brasília: SEBRAE, 2003.

ROCHA, Décio; DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de conteúdo e Análise do Discurso: Aproximações e Afastamentos na Reconstrução de Uma trajetória**. Campinas: Alea, 2005.



SEBRAE. **Diagnóstico dos resíduos da pesca e aquicultura do Espírito Santo**. Brasília: SEBRAE-ES, 2010.

SEBRAE. **Termos de Referência UAIT**. SEBRAETEC. Brasília: SEBRAE-AL, 2011.